
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1 - **ATAS**
- 1.1 - Reunião Ordinária de Debates
- 1.2 - 103ª Reunião Extraordinária
- 1.3 - Reuniões de Comissões
- 2 - **ORDENS DO DIA**
- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões
- 4 - **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 - **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 - **ERRATAS**

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 17 DE MAIO DE 1996

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Anivaldo Coelho - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marco Régis - Olinto Godinho - Raul Lima Neto - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para as especiais de segunda-feira, dia 20, às 9 horas e às 14h30min, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de debates da mesma data, às 20 horas.

ATA DA 103ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15 DE MAIO DE 1996

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - **Discussão e Votação de Proposições:** Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 761/96; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com a emenda à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 762/96; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com a emenda à Comissão de Administração Pública - **ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge

Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 733 e 745/96, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada hoje pela manhã, e os Projetos de Lei nºs 647 e 729/96, por não preencherem os pressupostos regimentais para sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 761/96, do Governador do Estado, que altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, extingue cargos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 761/96

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo único:

"Art. 3º -

Parágrafo único - No cumprimento das metas do PMDI serão priorizadas as incubadoras de empresas e as tecnópoles."

Sala das Reuniões, de maio de 1996.

Gilmar Machado

Justificação: Uma das melhores experiências em termos de expansão científica e tecnológica tem sido a criação das "tecnópoles" em algumas regiões do Estado, que têm possibilitado o surgimento de projetos conjuntos para expansão de produtos tecnológicos.

No que diz respeito às "incubadoras", é uma experiência importante de parceria (setor público e universidade, setor privado e empresas) para o desenvolvimento de inovações no campo científico-tecnológico.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foi apresentada a Emenda nº 1, do Deputado Gilmar Machado. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 195 do Regimento Interno, vai devolver o projeto e a emenda à Comissão de Administração Pública, para receberem parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 762/96, do Governador do Estado, que altera a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, extingue cargos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 762/96

Suprima-se o art. 3º.

Sala das Reuniões, de maio de 1996.

Gilmar Machado

Justificação: O artigo cuja supressão ora se propõe trata da transferência da competência executiva relativa ao abastecimento para o CEASA. Dada a relevância dessa atribuição e com a possível privatização daquela entidade, entendemos que a discussão deva ser feita em conjunto, e não da forma como se propõe, sem qualquer justificação.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foi apresentada a Emenda nº 1, do Deputado Gilmar Machado. Esta Presidência, nos termos do § 2º do art. 195 do Regimento Interno, vai devolver o projeto e a emenda à Comissão de Administração Pública, para receberem parecer.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 16, às 9 horas,

nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Pinto Coelho, Geraldo Nascimento, Aílton Vilela e Raul Lima Neto, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Aílton Vilela que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Alberto Pinto Coelho apresenta requerimento em que solicita seja patrocinado por esta Comissão um amplo debate sobre o lixo produzido nas cidades de Minas Gerais, com a participação de estudiosos dos órgãos de pesquisa do Estado, e de universidades e de entidades e profissionais que trabalham nessa atividade. Logo após, o Deputado Alberto Pinto Coelho passa a Presidência ao Deputado Aílton Vilela, que submete o requerimento a votação, sendo ele aprovado. Em seguida, esse parlamentar retorna a Presidência ao Deputado Alberto Pinto Coelho. Com a palavra, o Deputado Raul Lima Neto apresenta requerimento em que solicita sejam convidados o Presidente e um técnico da COPASA-MG para discorrerem sobre o tratamento de água e sobre os esgotos que deságuam nos rios. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Aílton Viela - Raul Lima Neto.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de março de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto, Jorge Hannas, João Batista de Oliveira e Antônio Roberto, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Marcos Helênio, Antônio Andrade, Carlos Pimenta e Luiz Antônio Zanto, membros da Comissão de Defesa do Consumidor. Está presente, também, o Deputado Marcelo Gonçalves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e informa aos Deputados que a reunião se destina a ouvir os Srs. Lincoln Marcelo Freire, Manuel Maurício Gonçalves, Reinaldo Guimarães e Danilo Santana, Presidentes, respectivamente, da Associação Médica de Minas Gerais, do Conselho Regional de Medicina, da Comissão Estadual de Honorários Médicos e da Associação Brasileira dos Consumidores; Maurício Rezende Leão, Diretor Adjunto da Defesa do Exercício Profissional, e Antônio Joaquim Fernandes Neto, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que discutirão questões relativas aos planos de saúde, aos direitos dos usuários, às obrigações das empresas e aos casos de negligência médica. A Presidência registra o comparecimento dos convidados, dos Deputados e dos Srs. Jorge Aílton Moreira, Andréia de Souza e Sandra Cristina Lucinda. O Presidente esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Deputados Marco Régis, Antônio Andrade e João Batista de Oliveira, para que expliquem o objetivo da reunião. Após, o Presidente passa a palavra aos convidados para que façam as suas explanações. Abrem-se os debates entre Deputados e convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Nesta oportunidade, o Deputado Antônio Andrade assume a Presidência e submete à votação requerimentos do Deputado Marcos Helênio nos quais solicita sejam ouvidos na Comissão de Defesa do Consumidor os representantes da empresa Multicanal, que comercializa os serviços de TV a cabo, do Movimento das Donas-de-Casa de Minas Gerais e do PROCON-BH, para prestarem esclarecimentos acerca dos novos planos implementados pela mencionada firma; e seja formalizado apelo ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal a fim de que intervenha quanto à tramitação do projeto de lei que regulamenta as atividades dos planos e seguros de saúde, visando à defesa dos interesses dos consumidores. Esses requerimentos são aprovados com votos favoráveis dos membros presentes da Comissão de Defesa do Consumidor. O Deputado Marcos Helênio reassume a Presidência e submete a votação o requerimento do Deputado Hely Tarquínio em que solicita sejam ouvidos representantes do Conselho Regional de Medicina, da Ciência Psiquiátrica e da Superintendência-Geral da FHEMIG, que irão discutir as medidas de tratamento, de reabilitação e de reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental. O requerimento é aprovado com votos favoráveis dos membros presentes da Comissão de Saúde e Ação Social. Logo após, o Presidente, os convidados e os Deputados tecem as considerações finais sobre o assunto em tela. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos convidados e dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra

os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Marcos Helênio, Presidente - Antônio Andrade - Olinto Godinho - Marco Régis - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Jairo Ataíde, Elbe Brandão e Antônio Roberto (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos, informa que a finalidade da reunião é apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Arnaldo Penna que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Ato contínuo, o Deputado Arnaldo Penna procede à leitura do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 15/95, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Ajalmar Silva passa a direção dos trabalhos ao Deputado Arnaldo Penna, para que possa ser apreciado o parecer sobre emendas de sua autoria ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 391/95. Na ausência do relator anteriormente designado, a proposição é redistribuída à Deputada Elbe Brandão, que faz a leitura do Parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas em Plenário, ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 391/95, mediante o qual conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, pela aprovação das Emendas nºs 2 e 4 e pela apresentação das Emendas nºs 5 e 6 ao Substitutivo nº 1. Colocado em discussão o parecer, faz uso da palavra o Deputado Ajalmar Silva. A seguir, o Presidente suspende a reunião. Às 10 horas, são reabertos os trabalhos, e o Presidente, Deputado Arnaldo Penna, registra a presença do Deputado Bonifácio Mourão. Ato contínuo, encerra-se a discussão do Parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4 ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei 391/95. Colocado em votação, é o parecer aprovado. O Deputado Arnaldo Penna retorna a direção dos trabalhos ao Deputado Ajalmar Silva. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1996.

Ajalmar Silva, Presidente - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro - Almir Cardoso.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

Às quatorze horas e dez minutos do dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Arnaldo Canarinho e Carlos Pimenta, membros da referida Comissão. Havendo número regimental e estando presente também o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Arnaldo Canarinho que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a reunião tem por finalidade apreciar a pauta. Passando-se à 2ª Parte da reunião, o Deputado Carlos Pimenta encaminha à Mesa requerimento de sua autoria, no qual requer seja formada uma comissão especial para discutir o papel da SUDENE em Minas Gerais, enfatizando a participação dos pequenos e microempresários urbanos e rurais, com o Superintendente desse órgão, Gen. Nilton Moreira Rodrigues. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. O Presidente procede à leitura de requerimento do Deputado Sebastião Costa, em que solicita seja promovido ciclo de estudos com representantes do Ministério da Agricultura, do Departamento Nacional de Água e Esgoto - DNAE -, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da RURALMINAS, da COPASA-MG, e de órgãos afins sobre o aproveitamento das águas pluviais. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado Paulo Piau passa a Presidência ao Deputado Arnaldo Canarinho e apresenta requerimento em que solicita sejam convidados o Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, Sr. Jorge Machado, e representantes da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETAS -, da FAEMG, da FETAEMG e da FEAM para debaterem com os membros da Comissão a fiscalização em propriedades rurais no Estado. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Paulo Piau, Presidente - Ajalmar Silva - Elbe Brandão - Olinto Godinho - Dílzon Melo - João Batista de Oliveira.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE APURAÇÃO DOS ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF - DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA

COMISSÃO ESPECIALIZADA, CRIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA PARA APURAR AS VARIÇÕES DO VAF DOS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM, CONGONHAS E VARGINHA, REFERENTES AO PERÍODO DE 1992 A 1995

Às dezesseis horas e dez minutos do dia oito de maio de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Rezende, Arnaldo Penna, Alberto Pinto Coelho, Carlos Pimenta, Gilmar Machado e Ivair Nogueira, membros da Comissão supracitada. Encontra-se presente também o Deputado Anivaldo Coelho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Rezende, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência faz a leitura do Ofício nº 267/96, enviado pela Secretaria da Receita Federal, esclarecendo que a documentação solicitada àquele órgão não poderá ser enviada, uma vez que o fornecimento de informações relativas a contribuintes é vedado aos agentes da Fazenda Pública, sob pena de o infrator responder criminalmente. Somente as comissões parlamentares de inquérito em nível federal - da Câmara dos Deputados ou do Senado - têm amparo legal para solicitar tais documentos. A Presidência determina que a correspondência seja encaminhada à Presidência da Casa para que, por meio da Procuradoria, forneça instrução técnica a esta Comissão. Faz também a leitura de correspondência encaminhada à Comissão pelo Sr. Milton Tavares Campos e informa que, atendendo ao Ofício nº 462/96, da Secretaria-Geral da Mesa, foi recebida a resposta do Município de Contagem. Encontra-se sobre a mesa requerimento do Sr. Aloísio Hugo Guimarães, reiterando seu pedido de fornecimento de cópia das notas taquigráficas dos depoimentos prestados até a presente data a esta Comissão. A Presidência defere o requerimento e solicita à assessoria que, após o depoimento da testemunha, passe às suas mãos a documentação solicitada. O Presidente esclarece que a finalidade desta reunião é ouvir o depoimento do Sr. Aloísio Hugo Guimarães, Diretor da Empresa HG Consultoria Ltda. e o convida a tomar assento à mesa dos trabalhos. O depoente indaga se o seu advogado, o Sr. Josué Irffi Júnior, poderá acompanhá-lo durante a reunião. A Presidência defere o pedido, informando que o advogado pode permanecer junto ao seu cliente, porém sem se manifestar. O Presidente dá alguns esclarecimentos às pessoas presentes quanto à legislação referente às comissões parlamentares de inquérito e quanto ao desenvolvimento dos trabalhos e, em seguida, passa a palavra ao depoente para que se qualifique e preste os esclarecimentos iniciais sobre as questões de seu conhecimento. Na fase dos questionamentos, fazem perguntas à testemunha os Deputados Carlos Pimenta, Gilmar Machado, Arnaldo Penna e Alberto Pinto Coelho, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência recebe do depoente ampla documentação e determina que esta seja anexada aos autos. Encerrado o depoimento, a Presidência agradece a colaboração do Sr. Aloísio Hugo Guimarães e passa à fase de apresentação de proposições. O Deputado Gilmar Machado apresenta requerimentos mediante os quais solicita aos Superintendentes Regionais do Banco Central e da Receita Federal, respectivamente, a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas Tema Consultoria Econômica e Financeira Ltda., HG Consultoria Ltda. e AAM - Assessoria à Administração Municipal Ltda. Requer também seja solicitado aos Srs. Marcos Letayf Macedo, Aloísio Hugo Guimarães e Milton Tavares Campos a remessa a esta Comissão de uma declaração completa de seus bens. O Presidente despacha os três requerimentos à Presidência da Casa para que, por meio da Procuradoria, forneça instrução técnica para subsidiar as decisões da Comissão. São apresentados ainda mais dois requerimentos do Deputado Gilmar Machado mediante os quais solicita que sejam intimados a depor nesta Comissão os Srs. Milton Tavares Campos, Diretor da Empresa AAM - Assessoria à Administração Municipal Ltda.; Guálter Monteiro, Ângelo Eduardo Pignataro e Édson Moncossi, respectivamente, Prefeito, Secretário da Fazenda e Secretário de Planejamento do Município de Congonhas; um requerimento do Deputado Arnaldo Penna mediante o qual solicita à repartição fazendária competente a remessa a esta Comissão da cópia das declarações do VAF das empresas FIAT e PETROBRÁS, localizadas em Betim, relativas aos anos de 1993 a 1995; e um requerimento do Deputado Carlos Pimenta mediante o qual solicita ao Secretário de Estado da Fazenda que informe as providências adotadas por aquele órgão em função das irregularidades apuradas e notificadas pelo Sr. Aloísio Hugo Guimarães na apuração do VAF do período de 1990 a 1994. Colocados em votação, cada um por sua vez, ficam os requerimentos aprovados. É necessário registrar o voto contrário do Deputado Arnaldo Penna quanto à intimação do Sr. Milton Tavares Campos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, do depoente dos e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 1996.

Geraldo Rezende, Presidente - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - Carlos Pimenta - Alberto Pinto Coelho - Arnaldo Penna.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de maio de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Geraldo Rezende, Marcos Helênio e Simão Pedro Toledo (substituindo este ao Deputado Romeu Queiroz, por indicação da Bancada do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, acusa o recebimento do Ofício nº 468/96, do Tribunal de Contas do Estado. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Miguel Martini apresenta requerimento em que solicita o custeio dos boletins informativos referentes ao Demonstrativo da Execução Orçamentária do Estado de Minas Gerais, nos termos da Deliberação da Mesa nº 1.311, de 17/4/96. Colocado em votação, é o requerimento aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 725/96 e o Requerimento nº 1.251/96 ao Deputado Simão Pedro Toledo. Encerrada a 1ª Parte da reunião, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende, relator do Projeto de Lei nº 47/95, solicita prazo regimental para emitir seu parecer, e seu pedido é deferido pelo Presidente. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.041/92, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Geraldo Rezende), e 263/95, este com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Marcos Helênio). Continuando, são submetidos a discussão e votação e aprovados os pareceres que concluem pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 65/95 (relator: Deputado Romeu Queiroz) e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 571/95, este na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 6 (relator: Deputado Marcos Helênio), e 725/96, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Simão Pedro Toledo). Na fase de discussão do Projeto de Lei nº 571/96, o Deputado Geraldo Rezende tece importantes considerações sobre o parecer do relator, Deputado Marcos Helênio, ressaltando a importância do fortalecimento da Defensoria Pública no Estado e enfatizando a necessidade de que a justiça seja um direito de todo cidadão e não um privilégio da elite. Logo após, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. É aprovado o Requerimento nº 1.251/96 (relator: Simão Pedro Toledo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Geraldo Rezende, Presidente - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Marcelo Gonçalves - José Bonifácio - José Maria Barros - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e seis, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Schettino, Elbe Brandão e José Maria Barros, membros da citada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Schettino, declara aberta a reunião e solicita à Deputada Elbe Brandão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente distribui ao Deputado José Maria Barros o Projeto de Lei nº 727/96. Passa-se à 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de matérias sujeitas à deliberação conclusiva do Plenário da Assembléia. O Deputado José Maria Barros apresenta parecer em que conclui pela aprovação da mencionada proposição. Discutido e votado, é aprovado o Projeto de Lei nº 727/96. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Paulo Schettino, Presidente - Elbe Brandão - José Maria Barros.

ATA DA 36ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quinze horas do dia quinze de maio de mil novecentos e noventa e seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Arnaldo Penna, Elbe Brandão e Miguel Martini (este em substituição ao Deputado Simão Pedro Toledo, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Jairo Ataíde, Elbe Brandão e Gilmar Machado (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão de Administração Pública; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Clêuber Carneiro e Gilmar Machado, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres para 1º turno do Projeto de Lei nº 729/96, do Governador do Estado, que

autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências. Esclarece, ainda, que, em reunião anterior, foi aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, concedida vista do parecer da Comissão de Administração Pública ao Deputado Marcos Helênio e foram distribuídos avulsos do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Continua, então, a discussão do parecer da Comissão de Administração Pública. Faz uso da palavra, para discutir, o Deputado Gilmar Machado. Encerrada a discussão e colocado em votação, é aprovado o parecer. Verificando não haver mais "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, amanhã, dia 16 de maio, às 10 horas, com a finalidade de se apreciar o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária sobre o Projeto de Lei nº 729/96, determina a lavratura da ata e encerra a reunião.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente - Romeu Queiroz - Sebastião Costa - Elbe Brandão - Bonifácio Mourão - Alencar da Silveira Júnior - Gilmar Machado - Geraldo Rezende - José Maria Barros - Simão Pedro Toledo - José Bonifácio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 21/5/96

1ª Parte (Pequeno Expediente) (das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos. Prosseguimento do Fórum Técnico Orçamento e Políticas Públicas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 729/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. No decorrer da discussão, em 1º turno, foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 2 a 8.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 695/96, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 497/95, do Deputado Marcos Helênio.

Audiência pública com a participação da Sra. Maria Eliane Novais, Superintendente de Organização do Atendimento Escolar da Secretaria da Educação; do Sr. Walyd Ramos Abdalla, Prefeito Municipal de Pirapora; da Sra. Anice Ofélia Faria Boaventura Leite, Delegada Regional de Ensino de Pirapora, e dos Srs. Orlando dos Reis Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Pirapora; Salvador Tadeu Vieira, Presidente da Fundação dos Rotarianos de Pirapora; Maurício Lima Braga, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pirapora, e Carlos Murilo, Presidente da OAB - seção de Pirapora, que discutirão as dificuldades por que passa a educação em Pirapora.

ORDEM DO DIA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/5/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 771/96, do Deputado Geraldo Nascimento; 770/96, do Deputado João Leite; 774/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 776 e 777/96, do Deputado Arnaldo Penna; 289/95, do Deputado Carlos Pimenta; 177/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 22/5/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Heinz Otto Hellwig, Diretor do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, e João Bosco Senra, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte; e a Sra. Edna Cardozo Dias, Presidente da Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal, a fim de obter subsídios para o Projeto de Lei nº 557/95, que estabelece critérios para o abate de animais destinados ao consumo; e, se possível, apreciar a referida matéria.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE APURAÇÃO DOS ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF - DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIALIZADA, CRIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA PARA APURAR AS VARIAÇÕES DO VAF DOS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM, CONGONHAS E VARGINHA, REFERENTES AO PERÍODO DE 1992 A 1995, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/5/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 21/5/96, destinada ao prosseguimento do Fórum Técnico Orçamento e Políticas Públicas, com o tema Desafios na Regulação de Políticas Públicas e na Prestação de Serviços pelo Estado.

Palácio da Inconfidência, 20 de maio de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 21/5/96, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 729/96, do Governador do Estado, que autoriza, por meio de concessão ou permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências, 746/96, do Governador do Estado, que altera a estrutura orgânica da Secretaria da Habitação e dá outras providências, 747/96, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Cultura e dá outras providências, 55/95, do Deputado Jorge Eduardo, que dispõe sobre a gestão de equipamentos hospitalares, acrescenta dispositivo à Lei nº 10.359, de 28/12/90, e dá outras providências, 252/95, do Deputado Raul Lima Neto, que disciplina o exercício da pesca nos cursos d'água do domínio estadual e dá outras providências, e 624/95, do Governador do Estado, que reorganiza o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de maio de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública, de Política Energética, Hídrica e Minerária e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Bonifácio Mourão, Carlos Murta, Jairo Ataíde, Durval Ângelo e Elbe Brandão, membros da Comissão

de Administração Pública; Bilac Pinto, Anivaldo Coelho, Kemil Kumaira e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 21/5/96, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 647/96, do Governador do Estado, que autoriza a alienação das ações da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1996.

Álvaro Antônio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Schettino, Bonifácio Mourão, Elbe Brandão, Sebastião Helvécio e José Maria Barros, membros da supracitada Comissão, para a 18ª Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 21/5/96, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 435/96, que autoriza doação de área de terreno ao Município de Barbacena.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1996.

Paulo Schettino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Anivaldo Coelho, Sebastião Helvécio e Kemil Kumaira, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 14h30min do dia 22/5/96, na Sala das Comissões, destinada a debater, em audiência pública, o tema O Sistema Estadual de Geologia e Mineração: o Papel dos Agentes e Subsídios para Formulação de um Sistema Gerenciador da Política Minerária do Estado.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1996.

Álvaro Antônio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

148ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 14/5/96

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a comunidade mutuense foi surpreendida pela informação de que a agência local do Banco do Brasil será fechada no dia 24 de maio, em um momento em que estava em recuperação, diminuindo seu déficit operacional. A medida autoritária foi tomada pela direção do Banco sem discutir com a população, sem buscar novas alternativas para a viabilização da agência.

O Banco do Brasil representa muito para Mutum, que tem na agropecuária sua principal atividade econômica, por ser o único Banco do País que investe nessa área, além de estar abrindo novas linhas de crédito para as micro e pequenas empresas. Com quase 30 mil habitantes, com 3.000 aposentados, Mutum não pode ficar sem uma agência do Banco do Brasil para pensar o seu futuro e o seu desenvolvimento e prestar um melhor serviço ao povo e às empresas da cidade.

Sabemos que o fechamento da agência está dentro da política neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso e até de uma perspectiva de privatizar o Banco, favorecendo o sistema bancário privado. O próprio tucano Ciro Gomes denunciou, em artigo, o Governo, mostrando dados estarrecedores de gastos do Governo com os grandes neste país, que citamos: R\$7.500.000.000,00 para os grandes proprietários rurais inadimplentes com o Banco do Brasil; R\$3.500.000.000,00 para as Prefeituras inadimplentes; R\$5.000.000.000,00 para sanear "a roubalheira do Banco Nacional"; R\$2.900.000.000,00 para tapar "o buraco da roubalheira do Banco Econômico"; R\$15.000.000.000,00 para cobrir as estripulias de Quércia e Fleury no rombo do BANESPA"; R\$3.300.000.000,00 para cobrir a dívida externa de Maluf em São Paulo. Como se vê, o Banco do Brasil e o povo cobrem, com bilhões, acordos clientelistas do Governo. Que moral eles têm para falar de déficit de quatro, cinco ou quinze mil reais na agência de Mutum?

Por isso, fazemos um apelo aos Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais dos partidos PSDB, PFL, PPB, PTB, PL e PMDB, que apóiam o Governo Federal, para que impeçam este crime contra o desenvolvimento de Mutum. A decisão está nas mãos do Governo que apóiam. Caso se calem, ou façam só jogo de cena de que estão contra o fechamento da agência e sejam cúmplices deste crime do Governo Federal, o povo de Mutum se lembrará de seus nomes em 3 de outubro. Ou melhor, se esquecerá dos seus nomes e dos seus partidos.

Nos dias 8 e 9, estivemos em Mutum, juntamente com a Liderança maior do nosso

partido, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o Presidente do PT em Minas Gerais, Deputado Tilden Santiago. Lá, denunciemos em praça pública o fechamento da agência e nos reunimos com o Prefeito e com a Associação Empresarial de Mutum, ocasião em que manifestamos apoio e ouvimos um forte incentivo de Lula à continuidade da luta contra o fechamento, o qual afirmou claramente: "O paciente está no CTI, mas não morreu ainda. A luta tem que continuar, com firmeza e coragem".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com este incentivo de Lula, alguém que tão bem conhece os caminhos da organização dos pequenos e excluídos, visitamos a agência na cidade, para conhecer sua real situação financeira, encaminhamos cartas de protesto contra o fechamento ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e aos Presidentes dos Bancos do Brasil e Central, e amanhã, dia 15/5/96, estaremos em Brasília, acompanhando o Prefeito Municipal, Osório Teixeira Filho, e lideranças empresariais, sindicais e comunitárias da cidade. Vamos a Brasília para pressionar as autoridades federais e os políticos cotados na cidade, para que não permitam o fechamento da agência.

Registro também como positivo nesse movimento o envolvimento do Prefeito de Mutum e da Associação Empresarial, que estão dispostos inclusive a assumirem gastos com a manutenção da agência. Acreditamos que, com essa ação, o Banco estará mais voltado para a comunidade, que estará também se responsabilizando por ele. Com isso, passará a ter lucros na cidade, mesmo sabendo que esse não pode ser o seu único objetivo. O Banco do Brasil existe para servir ao povo e levar o desenvolvimento para as regiões interioranas. Está na hora do Sr. Fernando Henrique aprender essa e outras lições e deixar de ser o "sociólogo dos príncipes". Muito obrigado.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, participantes das galerias, um dos problemas que mais tem preocupado os mineiros e, em especial, o povo belorizontino é, sem sombra de dúvida, a situação catastrófica em que se encontra o nosso principal cartão de visitas, famoso em todo o mundo, a Lagoa da Pampulha.

Criada através da barragem em 1936 e inaugurada em 1938 com o fim precípua de controlar as enchentes na região, propiciar abastecimento público de água e como área de lazer, recebeu do então Prefeito Juscelino Kubitschek, a partir de 1940, atenção especial, transformando-se em extraordinário conjunto arquitetônico e paisagístico, orgulho maior da nossa Capital.

Para alcançar esse louvável objetivo, JK convidou técnicos de prestígio internacional em suas respectivas atividades profissionais, tais como Oscar Niemeyer, Burt Fuller, Ceschiatti e Portinari. O resultado desse trabalho conjunto e integrado é do conhecimento de todos nós.

No entanto, desgraçadamente, o descaso das autoridades municipais que sucederam JK permitiu ocorrer tal degradação do lago, que, hoje, ele é praticamente um esgoto a céu aberto.

Possuindo originalmente volume de água de 18.000.000 m³, com bacia hidrográfica de 97,5 km², a lagoa tem 44% do seu total situados no Município de Belo Horizonte e os restantes 56% no Município de Contagem, sendo a população próxima a sua bacia de 350.000 habitantes.

Os esgotos industriais e residenciais, principalmente os originados de Contagem, vão à lagoa através dos córregos e das canalizações de águas pluviais. Lixo de toda natureza, industrial, público ou hospitalar, é conduzido pelas águas das chuvas até o seu leito.

O solo, em conseqüência das erosões e da movimentação de materiais, aflui à lagoa cada vez mais intensamente, com um volume superior a 400.000 m³ de sedimentos, anualmente. O volume das águas foi reduzido de 18.000.000 m³ para 10.000.000 m³ e as sucessivas dragagens e colocação de material em seu interior fizeram criar três grandes depósitos, autênticas ilhas.

A redução da área do espelho d'água em torno de 30% trouxe como resultante a diminuição da sua capacidade de amortecer as enchentes, provocando situações de estado de alerta pelos riscos a que se expõem vidas humanas, principalmente de pessoas de baixa renda que residem nas áreas situadas abaixo da barragem.

O desequilíbrio ambiental causado pela combinação desses fatores resultou na degradação da fauna e flora aquáticas, no crescimento assustador do número de ratos, moscas, pernilongos, a ameaça do "aedes aegypti", no odor desagradável em toda a região, na queda do nível de oxigênio da água, provocando o crescimento de aguapés e algas, no afastamento cada vez maior das atividades de lazer e turismo, impossibilitando a construção de hotéis, parques aquáticos e desportivos programados há algum tempo para a área.

Esses, nobres colegas, são dados técnicos arrolados pela AELP, Associação Ecológica Pró-Lagoa da Pampulha. A propósito, abro um parêntese por questão de elementar justiça, para louvar os abnegados integrantes dessa entidade não governamental, que vem desenvolvendo intenso trabalho em prol da recuperação da Bacia da Pampulha, homenageando-os nas extraordinárias figuras de Delma Mourão e Leonardo de Souza

Carneiro, com os quais mantenho relações de amizade podendo, pois, atestar sua integridade moral e seu devotamento à causa que abraçaram há tantos anos.

Agora, recentemente, os representantes da AELP foram recebidos pelo Ministro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Dr. Gustavo Krause, ocasião em que se fizeram acompanhar pela Deputada Federal Maria Elvira e pela Vereadora Zazá Schettino, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, apresentando ao Ministro relatório circunstanciado da situação em que se encontra a lagoa e proposta de solução objetiva para recuperá-la definitivamente.

Deram ciência ao Ministro da existência do PROSAM, Programa de Saneamento das Bacias do Onças, Pampulha e Arrudas, com a participação do Governo do Estado e do Banco Mundial, que, voltado para a execução de redes de esgoto e seu tratamento, no entanto, contempla apenas parcialmente a questão do lixo e não se preocupa com o aspecto do assoreamento.

Assim, a AELP pleiteia da Prefeitura de Belo Horizonte a sua efetiva participação através de ações paralelas ao PROSAM, sobretudo priorizando a construção da pretendida barragem de contenção de resíduos em área que anteceda a lagoa ou em sua entrada, enquanto durarem as obras de canalização dos córregos Sarandi e Ressaca, oriundos de Contagem.

Com a declarada boa vontade do Ministro Krause, que prometeu liberar verbas de seu Ministério para ajudar a recuperação da lagoa, atendendo recomendação expressa do Presidente Fernando Henrique, que recebeu os membros da AELP, tornando-se Patrono da Lagoa, e, fundamentalmente, com a criação de um órgão gestor para congregar os esforços apartidários e que envolvem interesses dos dois municípios, com o que concorda plenamente o Ministro, parece estar próxima uma solução real, permanente para os graves problemas mencionados.

Desejo valer-me desta oportunidade para exortar os dignos colegas desta Casa a se integrarem à luta incansável e desassombrada da AELP, apoiando a formação desse comitê a ser constituído de forma supra-estadual para acompanhar e participar das medidas a serem adotadas e propondo ao Governo Estadual a abertura de rubrica orçamentária, no próximo exercício, para concorrer de forma complementar aos recursos que estarão disponíveis pelo Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, o Plano Real, até agora, tem dado certo. Com o esforço conjunto do Governo, dos empresários e da sociedade, o País alcançou estabilidade jamais imaginada, principalmente por aqueles acostumados a viver a penosa era da inflação. Hoje as pesquisas apontam índices de crescimento em vários setores econômicos e, embora tímidos, eles esboçam o novo perfil brasileiro. Contraditoriamente, entretanto, cresce o número de desempregados no País, notadamente nos maiores centros industriais, reflexo de um plano que corre o risco de naufragar sob a atual política de juros altos, que impede o crescimento da indústria e do comércio. Sem incentivos, não há crescimento; sem crescimento, diminuem as ofertas de trabalho.

Enquanto a reforma da Constituição não ultrapassa as barreiras do Congresso, o Governo abre suas portas para o mundo, procurando parcerias que possibilitem ampliar o mercado de trabalho, fazendo o País retomar seu crescimento.

Esse é o caminho escolhido pelo Governo do nosso Estado. Com uma administração austera e politicamente correta, o Governador Eduardo Azeredo mostra aos investidores internacionais as vantagens de estabelecerem suas filiais em Minas. Com um parque industrial moderno e uma capacidade de preparo de mão-de-obra qualificada melhor do que em outros Estados, Minas Gerais apresenta-se com uma imagem cada vez mais sedutora ao empresariado estrangeiro. As perspectivas são otimistas e nos colocam na dianteira na guerra deflagrada pelos Estados para atrair grandes empresas. Os novos investimentos de US\$792.000.000,00 feitos pela fábrica de celulose da Cenibra, a recente inauguração da nova fábrica da Pepsi-Cola em Contagem, onde foram investidos US\$80.000.000,00, e o contrato que levou para Juiz de Fora a mais nova montadora da Mercedes Benz, um investimento na ordem de US\$400.000.000,00, vão gerar milhares de empregos diretos e indiretos, promovendo a arrancada definitiva de Minas Gerais em direção ao desenvolvimento.

O Fundo Mega, programa a ser aprovado pela Assembléia Legislativa, permite o financiamento de capital de giro para empresas que queiram investir no Estado e se destina ao setor automotivo, cuja importância pode ser avaliada pelo elevado número de empregos que oferece.

Profundo conhecedor dos problemas sociais gerados pelo desemprego, Eduardo Azeredo sabe que eles precisam ser solucionados com urgência. Os projetos de novas parcerias e mesmo aqueles que se concretizaram demandam tempo. O que conta, entretanto, é a decisão do Governo em investir no desenvolvimento do Estado. Nosso Governador tem motivos de sobra para comemorar os investimentos que estão chegando a Minas Gerais. Cabe-nos apoiar seus esforços e torcer para que novos investidores descubram o imenso potencial que o Estado oferece. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratada: S.A. Estado de Minas.
Objeto: publicação das atividades do Legislativo.
Vigência: 1º/5/96 a 30/4/97.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.
Licitação: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993.
Assinatura: 30/5/96.

Termo de Aditamento

(8ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Contratado: Dr. Ivan da Costa Arsky.
Objeto: acompanhamento jurídico de ações diretas de inconstitucionalidade e demais ações judiciais em trâmite nos tribunais superiores, bem como da realização de diligências de interesse da Procuradoria-Geral da Assembléia em órgãos públicos federais com sede no Distrito Federal.
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00304 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: CENTRO CRISTAO EVANGELICO EDUCACIONAL - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: JOAO LEITE.

CONVÊNIO Nº 00306 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MINEIRA PAIS AMIGOS PREVENCAO RECUP. ABUSO DROGAS - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: MARCO REGIS.

CONVÊNIO Nº 00308 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. BENEFICENTE MORADORES BAIRRO PORTO ALEGRE - ITINGA.

DEPUTADO: ROMEU QUEIROZ.

CONVÊNIO Nº 00311 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: CONSELHO DEFESA MORADORES VILA PINHO - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: MARCO REGIS.

CONVÊNIO Nº 00312 - VALOR: R\$8.000,00.

ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR JOVITA MELO FREIRE - SANTANA JACARE.

DEPUTADO: MARIA OLIVIA.

CONVÊNIO Nº 00313 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. SANTANA MANHUACU - SANTANA MANHUACU.

DEPUTADO: JORGE HANNAS.

CONVÊNIO Nº 00316 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO CASA CRIANCA - NOVA RESENDE.

DEPUTADO: MARCO REGIS.

CONVÊNIO Nº 00317 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR DR. JOAO PINHEIRO - SAO GONCALO SAPUCAI - SAO GONCALO SAPUCAI.

DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO Nº 00318 - VALOR: R\$6.850,00.

ENTIDADE: VERA CRUZ ESPORTE CLUB - BOCAIUVA.

DEPUTADO: GIL PEREIRA.

CONVÊNIO Nº 00319 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES ALTO LOBO - GUIMARANIA.

DEPUTADO: AJALMAR SILVA.

CONVÊNIO Nº 00320 - VALOR: R\$10.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES CANTO RIO - SANTANA JACARE.

DEPUTADO: FRANCISCO RAMALHO.

CONVÊNIO Nº 00321 - VALOR: R\$6.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. PRO-MELHORAMENTOS BAIRRO BOM DESTINO - SANTA LUZIA.

DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO Nº 00322 - VALOR: R\$11.000,00.

ENTIDADE: LIGA TRICORDIANA COMPANHIA REIS - TRES CORACOES.

DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO N° 00323 - VALOR: R\$4.000,00.
ENTIDADE: CENTRO DEFESA COLETIVA VILAS SANTA RITA CASSIA ESTRELA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.

CONVÊNIO N° 00324 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: CRECHE COMUN. TIA FRANCISCA - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.

CONVÊNIO N° 00325 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: 29 MAIO ESPORTE CLUBE - CONGONHAS.
DEPUTADO: ANIVALDO COELHO.

CONVÊNIO N° 00326 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. VILA JUSSARA ADJACENCIAS - JANUARIA.
DEPUTADO: RAUL LIMA NETO.

CONVÊNIO N° 00337 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES OLHOS D'AGUA - GRAO MOGOL - GRAO MOGOL.
DEPUTADO: JOSE BRAGA.

CONVÊNIO N° 00338 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: SERVICO PROMOCAO MENOR - JANUARIA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO N° 00339 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: POMPEIA FUTEBOL CLUBE - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: JOAO LEITE.

CONVÊNIO N° 00340 - VALOR: R\$2.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS AGRICULTORES MANDASSAIA - GRAO MOGOL.
DEPUTADO: JOSE BRAGA.

CONVÊNIO N° 00343 - VALOR: R\$7.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARGARIDA - SANTA MARGARIDA.
DEPUTADO: SEBASTIAO COSTA.

CONVÊNIO N° 00344 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO FEMININA BAIRRO TIROL - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO N° 00345 - VALOR: R\$3.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PRODUTORES RURAIS COMUNIDADE KOLPING RODRIGUES - FORMIGA.
DEPUTADO: JOAO LEITE.

CONVÊNIO N° 00346 - VALOR: R\$7.000,00.
ENTIDADE: FUNDACAO SANTO ANTONIO GRAO MOGOL - GRAO MOGOL.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.

CONVÊNIO N° 00347 - VALOR: R\$50.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ONCA PITANGUI - ONCA PITANGUI.
DEPUTADO: ANTONIO JULIO.

CONVÊNIO N° 00348 - VALOR: R\$17.000,00.
ENTIDADE: IRMANDADE SANTA CASA MISERICORDIA IBERTIOGA - IBERTIOGA.
DEPUTADO: SEBASTIAO HELVECIO.

CONVÊNIO N° 00349 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: FUNDACAO HOSPITALAR SAO SEBASTIAO - TRES CORACOES.
DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO N° 00350 - VALOR: R\$7.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PEQUENOS PRODUTORES RURAIS REGIAO JACUIPE - MATO VERDE.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO N° 00351 - VALOR: R\$20.000,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR MARIANA AUGUSTA CARVALHO - MONTES CLAROS.
DEPUTADO: JAIR ATAIDE.

CONVÊNIO N° 00379 - VALOR: R\$1.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. ELDORADO - CONTAGEM.
DEPUTADO: REMOLO ALOISE.

ERRATAS

PARECER SOBRE A EMENDA N° 3 AO PROJETO DE LEI N° 747/96

Na "Conclusão" do parecer em epígrafe, publicado na edição de 17/5/96, na pág. 10, col. 2, onde se lê:

"SUBEMENDA N° 1 À EMENDA N° 1", leia-se:

"SUBEMENDA N° 1 À EMENDA N° 3".

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/5/96, pág. 15, col. 3, inclua-se, após o Ofício n° 18/96, o que se segue.

OFÍCIOS

Do Sr. João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda, encaminhando documentação solicitada pela CPI que investiga o processo de apuração do VAF de municípios do Estado e justificando-se pelo não-atendimento de outros pedidos da mesma Comissão. (- À CPI do VAF.)

Da Sra. Tânia Azeredo Casagrande, Chefe de Gabinete da Subchefia Executiva da Casa Civil da Presidência da República, informando que o Ofício n° 611/96/SGM foi encaminhando aos Ministérios da Justiça e do Trabalho, para exame. (- À CPI do Trabalho Escravo.)

Do Sr. Luiz Antônio Vieira, Secretário da Loja Maçônica 31 de Março, de Patrocínio, agradecendo, em nome da entidade, o voto de congratulações formulado por esta Casa, a partir de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, pela passagem de seus 19 anos. (- Anexe-se ao Requerimento n° 1.179/96.)

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

N° 773/96

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 18/5/96, na pág. 15, col. 2, no primeiro parágrafo do parecer, onde se lê:

"da Resolução n° 5.065, de 31/5/90," leia-se:

"da Resolução n° 5.065, de 31/5/90, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais,".

Na ementa do Projeto de Resolução n° 773/96, onde se lê:

"da Resolução n° 5.065, de 31 de maio de 1990." leia-se:

"da Resolução n° 5.065, de 31 de maio de 1990, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.".
